



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682501 - SP (2021/0233489-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : HENRIQUE MARTINS DE LUCCA
ADVOGADO : HENRIQUE MARTINS DE LUCCA - SP388500
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KAUE ROBERTO LIMEIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAUE ROBERTO LIMEIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2098589-61.2021.8.26.0000).

O paciente foi denunciado pela prática, em tese, dos delitos previstos no art. 157, § 2º, incisos II e V, e §2º-A, inciso I, na forma do art. 69, e no art. 288, parágrafo único, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, diante do não reconhecimento da incompetência relativa do juízo condutor do feito.

Para tanto, afirma que "o crime de roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima teria sua consumação verificada no momento em que subtraída a coisa, de modo que a competência se firmaria a partir desses critérios" (e-STJ fl. 6).

Destaca que "a subtração da coisa ocorreu no município de São Paulo, mas a vítima foi deslocada, com restrição de sua liberdade, para o município de Diadema. Desta forma, as comarcas de São Paulo e Diadema seriam, em tese, competentes. Logo, o conflito seria resolvido pela prevenção" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a incompetência da autoridade coatora para julgar o delito praticado. Alternativamente, pugna pela suspensão da ação penal até a apreciação do mérito do presente *writ*, com a confirmação da medida em definitivo.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, sobretudo porque, a princípio, o acórdão combatido apresentou fundamentação adequada para justificar a denegação da ordem, conforme se infere dos seguintes excertos:

[...]

De fato, a exceção de incompetência do juízo, na seara criminal, deve ser oposta por ocasião da resposta à acusação, de modo que a oferta desse incidente no prazo legal constitui ônus processual do réu e a inobservância, de sua parte, desse imperativo jurídico, opera em seu desfavor, gerando, como consequência mais expressiva, a preclusão temporal de sua faculdade processual de extrair a competência do juízo originário, no caso relativa, como sucedido na presente hipótese.

Por outro lado, ainda que assim não fosse, não é caso de conhecimento da invocada incompetência territorial.

Os autos evidenciam, no que importa, que o paciente está

sendo acusado de ter cometido seis roubos consumados em São Bernardo do Campo (10.01.2020, 22.01.2020, 31.01.2020, 11.02.2020, 14.02.2020 e 09.03.2020), além de um outro em São Paulo (07.02.2020), e, nesse cenário, a competência para o julgamento é mesmo do MM. Juízo de Direito de São Bernardo do Campo.

É que, tratando-se de competência pelo lugar da delito e por conexão, porque a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares pode influir na prova de outra infração (CPP, art. 76, III), deve prevalecer, no concurso de jurisdições da mesma categoria, a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade (CPP, art. 78, II, "b").

Ademais, como bem antevisto pelo ilustre preopinante, "... a alegada inexistência de conexão da referida imputação com os demais fatos deverá ser demonstrada pela defesa na via ordinária, por envolver matéria de mérito e dilação probatória, cuja análise é inviável neste instrumento de cognição sumária..." (fls.62), máxime se as acusações, afora os crimes de roubos circunstanciados, abrangem o de associação criminosa armada.

Por conseguinte, e ausentes manifesta nulidade, flagrante ilegalidade, evidente abuso de poder ou, ainda, qualquer defeito teratológico, inarredável reconhecer a inexistência do acenado constrangimento ilegal (e-STJ fls. 27-29).

Nestes termos, não havendo ilegalidade patente e considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência